

**E.M JOÃO MONTEIRO CABRAL**

Rua 2550, nº1157 - Balneário Brandalize

Cep 89249-000 - ITAPOÁ-SC

E-mail

e.joaomonteirocabral@educaitapoa.sc.gov.br

(47) 99246-9052 Secretaria Escolar

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

## INTRODUÇÃO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO CABRAL

Razão Social: Escola Municipal João Monteiro Cabral

CNPJ: 83.800.128/0001-67

Funcionamento: Abertura do portão 07:45 horas às 12:15 horas, e das 12:45 horas às 17:15 horas.

Endereço: Rua Lourival Jansen (2550), nº1157, Pontal do Norte bairr. Brandalize, Itapoá SC.

Telefone: (47) 99245-2483

Email: e.joaomonteirocabral@educaitapoa.sc.gov.br

#### 1.1 MANTENEDORA

Prefeitura Municipal de Itapoá

CNPJ: 81140303/0001-01

Endereço: Rua 1590 Número 430, Centro Itapoá SC

Telefone: 47 3443 8800 / 47 3443 6190 / Fax: 47 3443 7499

Emancipação política administrativa-26/04/1989

Atual Prefeito - Jeferson Rubens Garcia

Atual Secretária de Educação: Andressa Dambrós

#### 1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A escola do Pontal do Norte existe desde o ano de 1953, e se chamava “Escola Mista Municipal”, pertencente ao Município de São Francisco do Sul.

Em 1955, passou a se chamar “Escola Isolada Municipal”, também pertencente a São Francisco do Sul.

Em 1963 mudou-se a nomenclatura para “Escola Isolada da Figueira do Pontal”. Em 1986, já pertencendo ao município de Garuva, passou a ser chamada de “Grupo Escolar João Monteiro Cabral”.

Foi autorizada em 1961 a funcionar turmas de 5a e 6a séries. E de forma gradativa, no ano seguinte, iniciaram as turmas de 7a e 8a séries.

Foi transformada em “Escola Básica João Monteiro Cabral”, em 1992, pertencendo ao município de Itapoá.

Foi denominada "ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO CABRAL", recebendo 4 turmas de pré-escola, 9 turmas de anos iniciais (1° ao 5°) e 5 turmas de anos finais (6° ao 9°).

Em 2021 passou a atender em uma nova sede ainda denominada "ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO CABRAL", atendendo somente as turmas dos anos finais (6° ao 9°).

### 1.3 PERFIL COMUNIDADE

Perfil dos sujeitos no processo educativo: O perfil socioeconômico da comunidade é baseado na pesca, agricultura, comércio local, turismo e atualmente conta com grande parte da economia baseada em empresas privadas como o Porto Itapoá e em empresas retroportuárias que estão instaladas na comunidade. Levando em consideração o crescimento socioeconômico da comunidade existe uma grande volatilidade dos sujeitos do processo de aprendizagem, desta forma é possível perceber a grande vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A instituição escolar poderá contribuir para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem através da elaboração de projetos voltados para a realidade da comunidade em que a escola está inserida.

### 1.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Número de alunos: 181 (cento e oitenta e um);

Número de turmas: 8 (oito);

TURMA	PERÍODO	QUANTIDADE
6°A	MATUTINO	33
6°B	VESPERTINO	35
7°A	MATUTINO	34
7°B	VESPERTINO	33

8°A	MATUTINO	31
8°B	VESPERTINO	26

9ºA	MATUTINO	33
9ºB	VESPERTINO	27

Número de profissionais que atuam na escola: 26 (vinte e seis);

NOME:	REGIME DE CONTRATAÇÃO:	FUNÇÃO:
Clarice Volpato Dacotégio Buss	ACT	Professora Geografia
Andressa Peres dos Santos	TERCEIRIZADA	Serviços gerais
Arvelina de Jesus	TERCEIRIZADA	Copeira
Camila Dalri de Borba	EFETIVA	Professora de Artes
Charlene Aparecida de Souza	ACT	Professora de Português
Cláudia Nascimento	EFETIVA	Gestora
Daniele Aguiar Rael	EFETIVA	Professora de Inglês
Felipe Antonio de Lima	ACT	Professor de Ciências
Janine Cristina Rodriguês	EFETIVA	Professora de matemática
Joarí Soares da Rosa	ACT	Professor de Educação Física
Kelly Cristina Andrade de Paula Lima	ACT	Administradora
Pedro Vitor Delfino	ACT	Supervisora
Patricia Luiz da Silva	ACT	Profissional de apoio

Debora Silva de Queiroz	TERCEIRIZADA	Copeira
Cristiane Aparecida Cassiano	ACT	Orientadora

Larissa Gabrielle da Silva Alves Bivilaqua	ACT	Professora de Artes
Jefferson F. Coronado	ACT	Professor de Música
Marcos Alfredo Corrêa	EFETIVO	Professor de História
Riciere de Souza Dutra	ACT	Professor de matemática
Odimar Rodrigues da LUz	ACT	Professor Fanfarra
Rosana Lima Silva	TERCEIRIZADA	Serviços gerais
Selma Cristina Jeremias Loures	EFETIVA	Professora AEE
Suely Gomes	TERCEIRIZADA	Serviços gerais
Isabelly dos santos Gonçalves	ACT	Professora de Dança
Janaina Martins	ACT	Coordenadora A+
Vandilza de Souza	TERCEIRIZADA	Serviços Gerais

Conselho Escolar/Associação de Pais e Professores APP:

NOME:	FUNÇÃO:
Rosana Lima da	Presidente
Fabia dos Santos	1° Secretária
Aline Nascimento Mertens	Conselheira Deliberativa - Presidente
Nataline do Nascimento	Conselheira Deliberativa
Arvelina de Jesus	Conselheira Deliberativa
Cláudia Nascimento	1° Tesoureira
Ana Carolina Nascimento do Rosario	Conselheira Deliberativa - Secretaria
Liz Angela da Silva	Conselheira Deliberativa

Ana Cristina do Nascimento do Rosario	Conselheira Fiscal Efetivo
Mariza Maria da Silva	Conselheiro Fiscal Efetivo
Margarete de Jesus	Conselheira Fiscal Suplente

Cátia Huebner	Conselheira Fiscal Suplente
---------------	-----------------------------

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS EM SUA VERTENTE INSTITUCIONAL

Atendimento: Ensino Fundamental-Anos Finais;

Períodos de atendimento: Matutino e Vespertino;

Horários de funcionamento: Aulas do ensino regular: 08:00 às 12:00 e das 13:00as 17:00. Aulas do reforço escolar tem atendimento no contra turno com aulas de duração de 01:30 Horas.

## 2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS NORTEADORAS

A Proposta Curricular da Educação Básica do Município de Itapoá, foi elaborada e construída coletivamente, está assentada no Materialismo histórico-dialético, baseada no fundamento epistemológico da Pedagogia histórico-crítica e da Psicologia histórico cultural. Esse fundamento traz consigo concepções que permitem compreender o processo educativo e guiar as escolhas metodológicas assumidas pelos educadores da rede.

Nesse sentido, as concepções norteadoras constituem os fundamentos básicos que orientam as diretrizes e políticas da educação na rede municipal de ensino de Itapoá. São elas: concepções de homem e sociedade, de conhecimento, do papel da escola e do papel do professor.

Concepção de homem e de sociedade: entende-se, a partir do fundamento norteador, que a relação do homem com a sociedade se dá pela produção e apropriação de bens materiais e imateriais que, no movimento dialético, produz a história. Nesta produção e apropriação da história, por meio da relação com o trabalho, o homem opera transformações tanto em si mesmo quanto no próprio mundo.

É possível reconhecer que o processo de produção da existência humana é um

processo social, já que o ser humano precisa de outros seres humanos para sobreviver, ou seja, não é capaz de viver isoladamente. Nesse sentido, a sociedade é a base da convivência humana.

Concepção de conhecimento: a transferência do conhecimento é algo que não ocorre de maneira natural ou tampouco mecânica, para apropriar-se da cultura, é necessário que cada indivíduo desenvolva de maneira ampla as funções psicológicas superiores capazes de possibilitar a ele a utilização do patrimônio humano-genérico, fazendo das apropriações mediações entre os sujeitos e a realidade. Sem o pensamento conceitual e sem o desenvolvimento sensível, da estética, das relações recíprocas entre atividade, pensamento e linguagem, o homem não seria capaz de dominar processos mais complexos. Para DUARTE (2016,p.68), os conceitos científicos operam essa transformação no pensamento da criança a partir da base formada pelos conceitos espontâneos. Sem os conceitos espontâneos, a criança e o adolescente não seriam capazes de adquirir os conceitos científicos, mas, sem estes, seu pensamento se tornaria prisioneiro da imediatez da vida cotidiana.

Para ocorrer o conhecimento teórico da ciência, é necessário uma atividade pensante, por meio da mediação dos signos que permite chegar à síntese, que consiste em reunir elementos diferentes, concretos ou abstratos, e fundi-los num todo coerente e chegar à totalidade - a realidade concreta, um processo que avança cada vez mais complexo, porém nunca se conclui, pois a realidade está sempre em transformação. Trata-se de uma catarse, ou seja, de uma transformação, ao mesmo tempo, intelectual, emocional, educacional, política e ética, que modifica a visão de mundo do indivíduo e suas relações com sua própria vida, com a sociedade e com o gênero humano.

A função social da escola e o papel do professor: considerando que a apropriação das capacidades intelectuais está condicionada ao desenvolvimento, a educação escolar configura-se como aquela que estabelece a forma mais elaborada de ensinar e aprender. A educação configura-se como uma entre outras instâncias sociais, que se esforçam pela transformação da sociedade em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

A educação escolar deve ter o compromisso com a socialização dos conhecimentos científicos, que avança num movimento contínuo e que deve ser analisado de forma contextualizada, compreendendo suas contradições, movimentos e possibilidades de mudança das práticas sociais. Destaca-se ainda que educar não significa eliminar ou separar o conhecimento científico do conhecimento cotidiano, mas sim, de estabelecer

uma relação de modo que o conhecimento do senso comum avance para o conhecimento científico, em um processo de superação por incorporação, o qual eleva o pensamento e a subjetividade do indivíduo para níveis cada vez mais ricos e complexos, o qual se dá, especialmente, no processo intencional e sistemático de ensino. Ocorrendo assim, uma prática voltada para formação integral dos sujeitos. Saviani (2021,p.13), afirma que:

[...] o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens.Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e,de outro lado, a descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo.

O trabalho educativo exige cuidado, que envolve “acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do planeta” (DCNs, 2013, p.17). O cuidado consiste ainda, no sentido de responsabilidade com o compromisso de formação dos sujeitos, de forma que se tornem livres e independentes com autonomia e ética.Alinhado ao papel da escola, o educador deve ser capaz de mobilizar os conhecimentos historicamente acumulados, o que pressupõe conhecer o conceito de aprendizagem, ou seja, o professor trabalha diretamente com o desenvolvimento humano, sistematizando o conhecimento de modo intencional, em conteúdos escolares,ressignificando sua atividade pedagógica como concretizadora de um objetivo social, gerando e promovendo a aprendizagem. Para tanto, há que se organizar o trabalho educativo, definindo ações, elegendo instrumentos e avaliando o processo.

É preciso estar atento e comprometido com sua prática, trabalhar com inovação sem deixar de lado o planejamento de suas ações, pois o processo educativo exige organização sistemática, sem abandonar as necessidades individuais e coletivas, oportunidades para todos e para a formação da cidadania, trabalhar os conceitos, os fatos, conectando os conhecimentos da realidade de seus alunos com os conhecimentos científicos. O trabalho do professor e as relações que este estabelece dentro de sala de aula são fundamentais para o processo de democratização e promoção da qualidade na

educação.

### 3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico aqui apresentado, está atrelada às concepções teóricas e metodológica assumidas pela rede de ensino de Itapoá, as quais norteiam a Proposta Curricular Municipal vigente, especialmente a concepção de escola e de sujeito que se pretende formar nos processos de ensino, aprendizagem e de avaliação da instituição.

#### 3.1 PLANO DE ENSINO

O Plano de ensino, com base na Proposta Curricular Municipal, é o planejamento pedagógico dos professores para um período letivo (anual, semestral ou trimestral), sistematizado e organizado, durante um período letivo, no qual apresenta as escolhas dos conteúdos, dos objetivos de aprendizagem, dos encaminhamentos metodológicos e de avaliação que deverão orientar suas ações na prática pedagógica para o ano letivo.

O Plano de Ensino é elaborado a partir da reflexão do professor ou professores a respeito das condições para a aprendizagem de seus alunos, o que pode ser identificado e analisado por meio de avaliações diagnósticas, no início do ano letivo e de interações e mediações do professor com os alunos, podendo assim identificar e descrever o nível de desenvolvimento real dos alunos, o que eles já sabem, conceitos que já se apropriaram, processos e ferramentas que já sabem operar e processos cognitivos que realizam, assim como, identificar o nível de desenvolvimento proximal, as aprendizagens que estão prestes a ser consolidadas, ou seja, os conteúdos e processos cognitivos que os alunos não sabem, mas que estão em condições de aprenderem e desenvolverem. Por isso, o Plano de Ensino poderá ser revisado durante o ano letivo de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos. A elaboração do plano de ensino e a avaliação do período diagnóstico é realizado em conjunto, envolvendo os professores de cada disciplina no início do ano letivo, onde cada professor dá sua contribuição para a elaboração dos mesmos.

#### 3.2 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação constitui-se num processo de acompanhamento do ensino e da aprendizagem, de forma a consolidar a educação integral de cada sujeito no seu percurso formativo. A avaliação então, como aponta a Proposta Curricular de

Itapoá(2022):

A avaliação constitui-se num processo de acompanhamento do ensino (atividade do professor) e da aprendizagem (do aluno) de forma a consolidar a educação integral de cada sujeito no seu percurso formativo a ser oportunizado na Educação Básica, assim como, num instrumento investigativo, de forma contínua e sistemática, que exige um processo permanente de reflexão e ação sobre a apropriação do conhecimento (por parte dos alunos) e de decisão para a organização do ensino (por parte do professor).

É um elemento fundamental a ser utilizado desde o início do ano letivo como indicador para o plano de ensino e no processo de ensino e aprendizagem, que permite constantes reelaborações de estratégias metodológicas e intervenções de ensino a fim de possibilitar novas oportunidades de aprendizagem.

Os instrumentos de avaliação utilizados pela escola, consistem em provas, trabalhos individuais e em grupo, observações em sala de aula e atividades práticas. Estes instrumentos são aplicados conforme os conteúdos ministrados por disciplina, e pela necessidade do professor em verificar a apropriação dos mesmos pelos discentes, estando ancorados na Proposta Curricular e na Resolução de Avaliação municipal vigente (resolução 01/2013), bem como as ações de acompanhamento sistemático dos resultados no processo de avaliação interna e externa.

### 3.3 ATENDIMENTO À DIVERSIDADE

O atendimento à diversidade é entendida como característica da espécie humana, projetando-se ao cenário das diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, suas mais distintas organizações, e da sua heterogeneidade que a caracteriza. É a convivência de indivíduos diferentes em relação à etnia, orientação sexual, cultura, gênero, entre outros, em um mesmo espaço. Neste sentido, Vieira (2009, p. 145) aponta que o ambiente escolar deve ser um espaço vivo de valorização, que possui como compromisso contemplar as diferentes dimensões das identidades, para que todos possam ser percebidos, respeitados e valorizados em sua totalidade.

É fundamental uma estrutura escolar que acolha os sujeitos em seus tempos, seus pertencimentos, sua cultura e seus valores. A escola tem um papel fundamental com o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente com o ensino do conhecimento científico, e faz parte deste processo, conhecer as diferentes leis que tratam sobre os direitos humanos. Diante das diversidades presentes na escola e da sua função social, requer de todos os profissionais da educação conhecimentos específicos sobre as questões que envolvem as diversidades (leis, pesquisas científicas, entre outros),

desenvolvendo e fortalecendo um espaço de justiça social, de cidadania e respeito, evitando toda forma de preconceito, violência, de relações de poder, que violem os direitos humanos.

Neste sentido a escola aborda estas questões sociais através de temas transversais, em todas as disciplinas, nos diferentes campos do conhecimento, buscando e incentivando ações que promovam o respeito, a empatia e a pluralidade cultural. 3.4

#### EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão, na sua vertente educativa, alicerça-se no conceito de Educação para todos, ambos intrinsecamente associados aos valores da equidade e justiça. Como tal, referem-se, ao assegurar o direito à educação de todas as crianças e jovens, independentemente das suas características ou dificuldades, de forma a construir uma sociedade mais justa. No Brasil, a educação inclusiva, possui um robusto ordenamento jurídico, com leis, decretos e notas técnicas que regulamentam e dão as diretrizes para a Política Nacional de Educação Especial, especificamente para os Sistemas de Ensino que operacionalizam o serviço educacional a este público.

Uma escola inclusiva desenvolve-se através de um longo processo de mudança, eliminando as barreiras à aprendizagem e à participação que podem ser experienciadas pelos alunos. Também deve dispor de serviços e recursos para a educação especial que assegurem condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. É um processo que nunca está acabado dependendo de um desenvolvimento pedagógico e organizacional contínuo da escola.

Os recursos utilizados pelos docentes na educação inclusiva, respeita as diferenças individuais promovendo uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação aos seus conhecimentos e ao seu progresso individual e coletivo, através de adaptação de atividades sob a supervisão e auxílio dos profissionais especialistas do AEE.

#### 3.5 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

O ambiente escolar é concebido como espaço da educação formal em sua especificidade, que é a prática do ensino dos produtos do saber científico em suas formas mais desenvolvidas, dos conhecimentos historicamente sistematizados por meio dos quais ocorre a humanização dos indivíduos com o desenvolvimento de suas funções

psicológicas superiores. Desta forma, o espaço escolar é o lugar no qual o aluno tem acesso ao saber mais elaborado, aos objetos da cultura, é o espaço onde ela aprende e se desenvolve e demonstra quais as concepções de desenvolvimento e como compreende-se o trabalho pedagógico.

É neste ambiente que promove-se atividades com qualidades nos diferentes momentos do desenvolvimento. A escola precisa proporcionar espaços estruturados fisicamente, materiais organizados intencionalmente e primar pela qualidade das relações estabelecidas, ou seja, promover no espaço e cotidiano escolar, experiências diárias através das quais o aluno tenha acesso à cultura em suas formas mais elaboradas, possibilitando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

A parte física consiste em: 6 (seis) salas de aula com capacidade para atendimento de 30 (trinta) alunos; 1(uma) sala de leitura; 1 (uma) sala dos professores; 1 (uma) sala de Administração/Supervisão; 1 (uma) sala Gestão/Orientação; 2 (dois) banheiros para os professores; 1 (um) depósito; 1 (um)almoxarifado; 1 (uma) cozinha estruturada; 1 (uma) despensa para produtos de alimentação; 1 (uma) despensa para produtos de limpeza; Banheiros Masculino e Feminino e banheiro para portador de necessidades especiais; Conta também com uma área externa coberta com bancos e mesas para servir a merenda escolar.

Neste momento a escola encontra-se em obras, relativas à construção da cerca em torno da escola e do do espaço A +.

### 3.6 TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA PARA A APRENDIZAGEM

A cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas na sociedade, já que os vários meios tecnológicos, hoje, são constantes em diversos aspectos da vida. Isso faz com que, no caso do contexto escolar, os alunos sintam a necessidade de estabelecer relação entre o que é aprendido na escola e o mundo que lhes é apresentado por meio das tecnologias da informação e comunicação.

As tecnologias devem ser consideradas como um conjunto de ferramentas que possam potencializar a busca de conhecimentos e informações para o processo ensino aprendizagem. Sabe-se que esta possui um papel estratégico no incremento dos processos de ensino e aprendizagem, mas é preciso sempre buscar o verdadeiro sentido da educação e considerar as lacunas entre a formação e a atuação do professor. Por isso, torna-se necessário a construção de uma articulação entre tecnologia e educação escolar, pois o acesso à informação e aos canais de comunicação não são por si mesmos educativos, ao contrário, dependem de uma proposta pedagógica que os

utilize enquanto mediação para uma determinada prática educativa.

Atualmente a escola conta com 35 (trinta e cinco) tablets a disposição dos alunos; 2 (dois) tabletes a disposição da gestão escolar; 2 (dois) notebooks a disposição da escola; 1 (uma) TV Smart 32 polegadas; 6 (seis) Data Show; 2 (duas) telas de projeção; 5 (cinco) computadores de mesa.

Estes materiais estão à disposição da escola e podem ser utilizados como recurso pedagógico conforme a necessidade dos docentes e discentes.

### 3.7 COTIDIANO DO TRABALHO

Rotinas institucionais: A equipe pedagógica se reúne semanalmente; Os professores têm agendamento quinzenal ou semanal com a Supervisão/Orientação; Reunião para orientação de pais quando necessário.

Funcionamento e Organização entre os diversos tipos de atividades e uso dos espaços: Os alunos das turmas dos 6º anos, por uma questão organizacional saem 5 (cinco) minutos antes para o recreio; Os recursos tecnológicos são utilizados pelos docentes com agendamento prévio; O reforço escolar é feito no contra turno; O atendimento do AEE no momento é realizado na escola ZÓZIMO NERES DO ROSÁRIO onde atualmente tem seu pólo; As aulas práticas da disciplina de educação física, atualmente são adaptadas e realizadas dentro das limitações da escola.

Período de adaptação: Para os alunos da educação inclusiva a adaptação é feita conforme a necessidade do aluno, para os demais não há período de adaptação.

Período de transição: A reunião de pais é feita preferencialmente no início do ano letivo.

### 3.8 CALENDÁRIO ANUAL

As reuniões pedagógicas e os conselhos de classe são feitos trimestralmente seguindo o calendário da SMEI.

### 3.9 ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, DE PERMANÊNCIA E DA SUPERAÇÃO DA RETENÇÃO ESCOLAR

Conforme o Art. 1º Fica instituído, no âmbito deste município, o Programa de combate à evasão escolar - APOIA- em todas as Escolas de Ensino Fundamental, tendo em vista o disposto nos Arts. 205 e 227 da Constituição Federal, o art. 56. do Estatuto da Criança e Adolescente e o art. 5º, parágrafo 1º inciso III e art. 12. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando Garantir o direito dever de toda criança e adolescente de cursar o Ensino Fundamental e promover o regresso à Escolas de crianças e adolescentes que a abandonaram sem concluir o Ensino Fundamental:

Parágrafo Único - Tendo como finalidade básica de implantar e fazer operar, entre a Escola Fundamental, o conselho Tutelar e a Promotoria da Infância, um sistema integrado e interinstitucional de apoio ao aluno infrequente, capaz de gerar, em cada infância do processo, procedimentos mínimos, em prazos curtos, aptos a garantir o retorno do aluno faltoso (infrequente) à escola, antes de encaminhar o caso à instância seguinte, possibilitando-lhe o aproveitamento do ano letivo.

O acompanhamento da frequência escolar dos alunos é baseada pelo sistema Betha e também através da chamada manual em que os líderes das turmas fazem, a partir disso é mantido o contato com as famílias, feito reuniões para orientações sobre a importância da frequência, o mesmo deve ser feito com os alunos quando estão presentes na escola.

Em casos de evasão escolar deve ser feito o registro no sistema APOIA envolvendo o conselho tutelar e o ministério público com as famílias.

A Distorção de idade ainda se faz presente na escola, para esses casos a escola pode contar com a aceleração e o município também conta com as provas do ENCCEJA que são disponibilizadas duas vezes por ano aos adolescentes que tem 15 (quinze) anos completos.

E como estratégia para superação da retenção escolar, a escola disponibiliza recuperações paralelas em atividades que os alunos não tenham atingido a média, faz retomada de conteúdos quando necessário, conscientizando os alunos e as famílias sobre o hábito e a importância do estudo.

### 3.10 CONSELHO DE CLASSE

O conselho de classe constitui-se em uma parada para reflexão sobre as práticas presentes no cotidiano escolar, com o objetivo de acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos e redirecionar as práticas pedagógicas docentes.

É um dos momentos mais relevantes da rotina de uma escola, o qual permite ir além da análise diagnóstica do aluno, oportuniza a tomada de consciência da própria ação, reorganiza toda a prática permitindo a construção de novos saberes, fazendo com que as ações educativas propiciem melhores resultados, no que se refere ao desempenho escolar do aluno, principalmente, no que diz respeito tomada de consciência sobre a articulação do trabalho pedagógico como um todo. O Conselho de Classe manifesta-se como prática social identificada com o trabalho coletivo, político, pedagógico, democrático e de possibilidades emancipadoras, tomando como suporte teórico metodológico as ações elencadas no Projeto Político Pedagógico. Por meio dele é possível articular os diversos segmentos da escola, contribuindo para que os problemas de aprendizagem sejam analisados criticamente, visando a superação dos mesmos, mediados por propostas sugeridas pelo grupo. Cruz afirma que quando, democraticamente orientado, o Conselho de Classe pode reforçar e valorizar as experiências praticadas pelos professores, incentivar a ousadia para mudar e ser instrumento de transformação da cultura escolar sobre a avaliação. É o momento e o espaço de avaliação diagnóstica da ação educativa da escola, feita pelos professores e pelos alunos, à luz do Projeto Político Pedagógico (CRUZ, 2005, p.09).

O conselho de classe é uma importante ferramenta de potencialidades, para tanto

deve ser visto e aplicado como um processo pelo qual haja reflexão e tomadas de consciência, momento de analisar, discutir, deliberar, planejar, e propor soluções aos problemas e novos encaminhamentos, também acompanhar, orientar e avaliar o conjunto das ações educativas voltadas à gestão da própria escola e ao desenvolvimento da prática docente.

A organização para este se dá através do pré conselhos com os docentes e os discentes, onde é feito um levantamento prévio de dados do aprendizado do aluno através da análise das notas e frequência, para serem discutidos com o colegiado, buscando assim sugestões e soluções para a melhoria constante do aprendizado.

### 3.11 REUNIÃO PEDAGÓGICA

A reunião pedagógica é um momento de suma importância, partindo do desvelamento da prática social inicial dos docentes e das problematizações suscitadas a partir das suas necessidades formativas, e tem como objetivo maior, atender às necessidades educativas e contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica na perspectiva da formação integral. É um momento propício para a articulação entre teoria e prática, um espaço para estudo e reflexão, planejamento e troca de conhecimentos. A organização para esta se dá através da orientação prévia da SMEI e das particularidades da instituição de ensino que necessitem ser discutidas com o colegiado.

### 3.12 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação de professores é um processo que busca possibilitar a atualização e/ou a construção de novos conhecimentos, e, principalmente, ser compreendida como exercício reflexivo do saber e do fazer pedagógico na escola e demais espaços educativos, assim como, um processo de constante desenvolvimento profissional, de forma a oportunizar o aprofundamento de conhecimentos e o acesso a novos conceitos, que amplie a situação de análise do ensino e venha a contribuir com o desenvolvimento do profissional e da instituição em que este se encontra inserido.

A formação continuada é um processo a ser desenvolvido por toda a carreira docente com o propósito de melhoria da prática e por consequência uma melhora da educação. O conceito “desenvolvimento” tem uma conotação de evolução e

continuidade que supera a tradicional justaposição entre formação inicial e formação contínua dos professores.

A formação continuada deve promover um trabalho reflexivo, a fim de qualificar as escolhas na prática pedagógica. Para tanto, são necessários pesquisas e estudos a fim de compreender aportes teóricos que contribuem na construção de conhecimento e para o processo de ensino e aprendizagem. Isso não está relacionado à simples acumulação de informações, e sim, envolve um processo contínuo de estudos teóricos, de análise da realidade e de interação entre os profissionais.

Formação continuada dos profissionais da educação, do corpo técnico e administrativo: A formação continuada já está incluída no calendário anual da SMEI onde organizam-se e norteiam-se as temáticas trabalhadas em cada segmento, enfatizando suas peculiaridades. Além da formação continuada ofertada pela secretaria de educação, os profissionais da escola ainda podem fazer cursos com recursos próprios buscando a capacitação profissional de acordo com seus interesses e necessidades. Programas de estágio, atividades de formação inicial, pesquisa e extensão, parcerias com outras instituições, entre outros: A escola pode acolher projetos de empresas privadas ou estatais desde que autorizados pela SMEI e que estejam de acordo com o ambiente escolar, podendo assim disponibilizar novas experiências aos educandos.

### 3.13 TRANSPORTE ESCOLAR

#### TERMO DE USO DO TRANSPORTE ESCOLAR

#### MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 1. OBJETIVO

Este termo estabelece as normas e diretrizes para a utilização do transporte escolar oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Itapoá aos alunos regularmente matriculados nas escolas da rede municipal de ensino.

##### 2. REGRAS GERAIS

2.1. O transporte escolar é um serviço disponibilizado exclusivamente para alunos residentes a uma distância acima de 2km das unidades escolares, conforme os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

2.2. O aluno deve utilizar o transporte escolar somente no percurso autorizado e nos horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

2.3. O uso do crachá e/ou carteirinha de identificação é obrigatório e deve estar visível para facilitar a organização e segurança dos alunos no embarque e desembarque.

2.4. Os alunos devem respeitar as orientações dos motoristas e da escola, mantendo comportamento adequado dentro do veículo para garantir a segurança de todos.

2.5. O embarque e desembarque serão realizados nos pontos previamente estabelecidos, não sendo permitidas alterações sem autorização da Secretaria de Educação.

### 3. CONDUTA DOS ALUNOS

3.1. É proibido:

a) Danificar ou sujar o veículo de transporte escolar;

b) Praticar atos de indisciplina, como empurrões, brigas ou agressões verbais e físicas;

c) Colocar qualquer parte do corpo para fora das janelas do veículo;

d) Desrespeitar motoristas e demais alunos;

e) Consumir alimentos ou bebidas dentro do transporte escolar.

3.2. Em caso de descumprimento das normas, a Secretaria de Educação poderá adotar

medidas disciplinares, incluindo advertência, suspensão temporária ou até mesmo a perda do direito ao transporte escolar.

### 4. RESPONSABILIDADES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

4.1. Os pais e/ou responsáveis legais devem estar presentes no ponto de ônibus no momento do embarque e desembarque do aluno, especialmente no caso de crianças pequenas (abaixo de 12 anos), garantindo sua segurança.

4.2. Garantir que o aluno esteja presente no ponto de embarque no horário estipulado.

4.3. Orientar seus filhos quanto às normas deste termo, reforçando a importância da disciplina e do respeito.

## 5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente termo deverá ser assinado pelos pais ou responsáveis legais, confirmando a ciência e concordância com as regras estabelecidas.

5.2. Este termo entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido enquanto o aluno fizer uso do transporte escolar.

Declaro que li e estou ciente das normas estabelecidas neste Termo de Uso do

Transporte Escolar, comprometendo-me a cumpri-las.

Nome do Responsável: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome do Aluno: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Série/Turma: \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_

Data: // \_\_\_\_\_

## **NORMAS DA ESCOLA**

### **ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO CABRAL CONTRATO DIDÁTICO**

- 1 De acordo com a Lei 14.363 de 26-01-2008 – Proibido o uso de telefone celular ou qualquer tipo de aparelho eletrônico dentro das escolas públicas. Caso haja desrespeito o aparelho será recolhido e entregue somente para os pais e ou responsáveis após 03 dias após a retirada, pois não nos responsabilizamos por perdas e danos.
- 2 Guloseimas não serão permitidas na escola (salvo festividades da escola), 3 Saída e entrada dos alunos fora do horário com aviso antecipado pelos pais, 4 Quando o aluno desrespeitar colegas e professores será conversado e na próxima vez chamado os pais,
- 5 Boné serão permitidos somente foras da sala de aula (caso haja alguma necessidade a orientação deverá ser informada),
- 6 O uso de uniforme dentro da escola é obrigatório, salvo alunos que ainda não receberam do município, da mesma forma a camiseta deverá ser de cor clara é aceitável, o município disponibiliza a camiseta,
- 7 Calças rasgadas (muito abusivas) ou shorts curtos não serão permitidos em ambiente escolar,
- 8 As faltas deverão ser justificadas com a orientação, e se houver atestado ser entregue na escola .
- 9 O pai deverá assinar o requerimento de justificativa quando o aluno faltar em dias de avaliação. Esta deverá ser em até 03 dias úteis.
- 10 O uso do banheiro é conforme a necessidade, não sendo permitido a permanência no corredor.
- 11 O portão da escola será aberto às 7:45 pela manhã e à tarde às 12:45, 12 Chegadas tardias até 15 minutos, em casos rotineiros será comunicado os pais e o aluno retornará pra casa
- 13 Manter os cuidados com a higiene pessoal,
- 14 Trabalhos deverão ser feitos na escola, se precisar fazer em casa será da responsabilidade da família, deixar ou não o filho ir na casa de um colega, pois a escola não enviará trabalhos pedagógicos com este objetivo.
- 15 Não é permitido namorar no ambiente escolar
- 16 A escola é um patrimônio público de uso para todos, assim todos deverão cuidar quando o aluno depredar o patrimônio será chamado os pais, conforme os danos estará sujeito a pagamento.
- 17 Conforme a resolução de avaliação 006/2022 CME/Itapoá/SC a média é de 7,0. O aluno que não tiver frequência acima de 75%, mesmo com média para aprovação, será automaticamente reprovado. Resolução Frequência Escolar N° 005/2023
- 18 O uso de cigarros é proibido, caso isso ocorra será recolhido, chamado os pais e o

- aluno será encaminhado para o Conselho Tutelar.
- 19 Alunos com 05 faltas consecutivas ou 07 alternadas sem justificativa no mês serão acionados o Conselho Tutelar e o APOIA.
  - 20 Respeitar colegas e motorista no transporte escolar.
  - 21 Manter-se sentado, não levantar ou tirar o cinto de segurança, somente quando for descer do ônibus.
  - 22 Não falar palavrões no ônibus.
  - 23 Cuidar e zelar pelo ônibus escolar.
  - 24 Em caso de brigas dentro do ônibus, será informado os pais do ocorrido e o aluno perderá por tempo determinado o direito de entrar no ônibus.
  - 25 Alunos que utilizam o ônibus escolar e desrespeitar as regras este ficará por 05 dias sem utilizar. E em caso de reincidência perderá por tempo indeterminado o direito de utilizar o ônibus escolar.
  - 26 Projeto A+: alunos que desrespeitarem as regras do transporte escolar ou tiver rendimento abaixo de 7,0,ou faltas injustificadas perderá o direito de frequentar as aulas do desporto como Fanfarra, vôlei, futsal, etc.

## **5. GESTÃO DEMOCRÁTICA, COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA**

A democracia deve ser constituída desde o Estado, até a sala de aula. Os alunos precisam vivenciá-la para se constituírem seres democráticos. Apenas constar na legislação a obrigatoriedade da democracia na realização da gestão escolar não garante que ela ocorra.

Os princípios da gestão democrática são a descentralização, participação e transparência, definindo o papel de atuação de cada um dos sujeitos envolvidos no processo educacional e pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, como os pais, professores, estudantes e funcionários, em todos os aspectos da organização da escola. Não deve se tratar apenas de uma concepção de sociedade que prima pela democracia como princípio fundamental, mas do entendimento de que a democratização da gestão é condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida, pautando seu currículo na realidade local, conferindo sentido à proposta pedagógica e envolva os diferentes agentes em uma proposta de corresponsabilidade pela aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Segundo Lima(2010,p.29)

□ a gestão democrática só é possível quando o poder está descentralizado, e, é claro, existem sujeitos participativos no processo, que ao atuarem no processo decisório contribuem para consolidar o movimento histórico necessário para tornar as instituições democráticas e, assim, fazer a democracia avançar.

Portanto, as mais diferentes ações que compõem a gestão de uma escola ou sistema de ensino são resultantes do trabalho de múltiplos sujeitos. O decreto municipal nº4030/2019, de 19 de junho de 2019, em conformidade aponta que:

Art. 1º A Gestão Escolar da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Itapoá, em todos os níveis e modalidades, com a participação da comunidade escolar, tem por princípios a gestão democrática e a autonomia escolar. (ITAPOÁ, 2019)

A gestão escolar municipal segue em conformidade com a LDB (Lei n.9.394/96) a qual afirma que as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da gestão democrática. Para tanto está sendo facultado prover os cargos de gestores de escolas da rede municipal de ensino através de processo eleitoral instituído por decreto n° 4030/2019, de 19 de junho de 2019, regulamentado por edital da Secretaria Municipal de Educação e que se dá a partir da elaboração do plano de gestão, o qual tem como objetivo traçar e exercer o acompanhamento dos projetos institucionais, com abrangência por um período de três anos, fundamentado nas premissas do planejamento estratégico e estruturado em objetivos, metas e ações.

5.1 Órgãos colegiados e de representação: Para desenvolver uma gestão democrática a escola conta com: Conselhos de classe, pré conselho com os alunos trimestralmente, reuniões pedagógicas, reunião de pais, entre outros, buscando assim uma melhora contínua e democrática.

5.2 Processo de escolha do Plano de Gestão Escolar. O processo para a escolha de um plano de gestão escolar acontece a cada dois (dois) anos, onde profissionais da educação que atuam na rede municipal de ensino seguindo uma série de critérios denominados pela comissão de gestão escolar podem se candidatar para uma eleição pública, onde após aprovado por uma banca o plano de gestão apresentado para a comunidade escolar e é votado por profissionais da escola e os pais para então ser eleito.

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR PGE

CONTRIBUINDO PARA O SUCESSO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

ITAPOÁ  
2022

## IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR



A Escola Municipal João Monteiro Cabral, está localizada à rua 2550, nº 1157, Itapoá – S/C. Fone: (47) 992245-2483. Email [e.joaomonteirocabral@educaitapoa.sc.gov.br](mailto:e.joaomonteirocabral@educaitapoa.sc.gov.br)

### ESTRUTURA FÍSICA

4	SALAS DE AULA
1	SALA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
1	SALA DE ORIENTAÇÃO/GESTÃO

1	SALA SUPERVISÃO/ SECRETARIA
1	SALA DOS PROFESSORES
1	SALA DE REFORÇO ESCOLAR
1	SALA AEE
1	BIBLIOTECA
1	COZINHA
1	BANHEIRO EM ANEXO A COZINHA
1	BANHEIRO DOS ALUNOS FEMININO E MASCULINO
1	BANHEIRO DOS PROFESSORES FEMININO E MASCULINO
2	DEPÓSITO / SALA DE MATERIAIS ELETRÔNICOS E CENTRAL DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA
2	DEPÓSITO / SALA DE MATERIAIS - EXPEDIENTE

1	DEPÓSITOS / SALA DE MATERIAIS – LIMPEZA;
1	DEPÓSITO DE GÁS
1	DEPÓSITO – FERRAMENTAS, DIVERSOS;
1	REFEITÓRIO;
1	PATIO CENTRAL
1	PRÉDIO A+
1	GINASIO ESPORTES

## QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

01 Supervisor  
 01 Administrador  
 01 Orientador  
 01 Gestor  
 01 Profissional de Apoio  
 01 Professor Artes  
 01 Professor Geografia  
 01 Professor de Educação Física  
 01 Professor Religião  
 01 Professor História  
 01 Professor Inglês  
 01 Professor Ciências  
 01 Professor Reforço Escolar  
 01 Professor Português  
 02 Professor Matemática

## EQUIPE DE TERCEIRIZADA

03 Funcionárias de Serviços Gerais  
 02 Copeiras

## HISTÓRICO DA ESCOLA

A escola do Pontal do Norte existe desde o ano de 1953, e se chamava “Escola Mista Municipal”, pertencente ao Município de São Francisco do Sul. Em 1955, passou a se chamar “Escola Isolada Municipal”, também pertencente a São Francisco do Sul. Em 1963 mudou-se a nomenclatura para “Escola Isolada da Figueira do Pontal”. Em 1986, já pertencendo ao município de Garuva, passou a ser chamada de “Grupo Escolar João Monteiro Cabral”. Foi autorizada em 1961 a funcionar turmas de 5ª e 6ª séries. E de forma gradativa, no ano seguinte, iniciaram as turmas de 7ª e 8ª séries. Foi transformada em “Escola Básica João Monteiro Cabral”, em 1992, pertencendo ao município de Itapoá. Foi denominada “ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO CABRAL”, recebendo 4 turmas de pré-escola, 9 turmas de anos iniciais (1º ao 5º) e 5 turmas de anos finais (6º ao 9º). Em 2021 passou a atender em uma nova sede ainda denominada “ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MONTEIRO CABRAL”, atendendo somente as turmas do fundamental II.

## Referencial Teórico

A Escola Municipal João Monteiro Cabral, está localizada à rua 2550, no 1157, Itapoá– S/C. Fone: (47) 992245-2483. Mantida pela Prefeitura Municipal de Itapoá e administrada pela Secretaria Municipal de Educação.

Nos últimos anos, a demanda da escola tem aumentado significativamente, tendo em vista a instalação e funcionamento efetivo do Porto de Itapoá. O bairro também teve um grande crescimento nos aspectos comercial e de aumento populacional. Esse aumento da comunidade escolar tem trazido para dentro do ambiente da escolas novas desafios, observados o número de alunos e a complexidade do processo de ensino aprendizagem que envolve cada um em sua especificidade.

A Escola Municipal João Monteiro Cabral visa atender o pleno desenvolvimento do discente, observando os dispostos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na Proposta Curricular de Itapoá e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Buscando fundamentação na Proposta Curricular de Itapoá, construída pela Secretaria Municipal de Educação e pelos profissionais de educação da rede de ensino, e no Projeto Político Pedagógico da escola, entende-se que a função social da escola vai ao encontro da concepção Transformadora, que tem como missão colaborar para o desenvolvimento de cidadãos com mais consciência, autonomia, responsabilidade social e protagonismo.

A escola, por sua vez, tem o papel de proporcionar o ambiente adequado para que o aluno possa ter acesso a uma forma de ensino diferenciada. Fugindo da metodologia somente expositiva, o estudante é levado a pensar, a questionar e a trabalhar em favor do coletivo.

O conceito de educação transformadora enfatiza o discente como protagonista em sala de aula. Desse modo, ocorre uma descentralização do currículo educacional e passa-se a observar as particularidades de cada aluno e de cada classe. Ou seja, considera-se o meio social e histórico-cultural do estudante, para que, com isso, o aluno possa desenvolver todos os seus potenciais.

Essa mudança de foco para a escola inovadora, considerando o aluno como centro e tendo em vista a melhor forma de organizar seu aprendizado é essencial. Para corroborar isso, pode-se recordar as palavras de Vigotsky (1987). Segundo ele, o aprendizado, quando apresenta uma organização, tem como resultado o pleno desenvolvimento mental do aluno e coloca em movimento diversos processos cognitivos

que, de outro modo, não ocorreriam.

Logo, na educação transformadora os discentes passam a ser o centro do processo educativo, atuando com autonomia e emancipação. As avaliações perdem o tom punitivo e passam a ser uma medida de avaliação individual para observar como está ocorrendo a construção do conhecimento, sempre respeitando o tempo de cada estudante.

Neste sentido, a educação formal deve estar relacionada com a vida prática, socioambiental, política e cultural de seus alunos. É necessário a todo momento instigar o aluno a pensar, compreender, descobrir, criar, sintetizar, criticar, construir e reconstruir o conhecimento.

Norteados pelos quatro pilares da educação, Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser, busca-se introduzir no aluno o sentimento de pertencimento ao processo de ensino-aprendizagem, inferindo-lhe prazer em aprender e conhecer. É preciso aprender a pensar também o novo, reinventar o pensar, pensar e reinventar o futuro.

## **Objetivo Geral**

Contribuir para a melhoria e a democratização da unidade escolar, propiciando qualidade ao ensino através do compromisso com o processo pedagógico, possibilitando assim a formação de um cidadão crítico, autônomo, participativo e atuante na sociedade da qual faz parte.

## **Diagnóstico da Escola**

Conhecendo a importância da instituição escolar para o crescimento e desenvolvimento de uma comunidade, percebe-se a relevância de atingir a todos que dela fazem parte, a formação do ser intelectual e emocional, pautados na afetividade e vivência para um mundo melhor.

A Escola João Monteiro Cabral atende alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental regular, divididos em dois turnos: Matutino e Vespertino.

Atualmente, a Escola passa por algumas dificuldades em relação à estrutura, por ser um prédio novo, ainda não está completamente murada afetando diretamente na segurança dos alunos e profissionais da mesma, não possui quadra de esportes para os alunos terem um espaço para praticar as atividades práticas de educação-física Criar

estratégias e meios para resolver essa problemática, junto à SMEI, é um papel importante que a gestão terá que desempenhar, pensando na qualidade de ensino que oferece aos seus alunos.

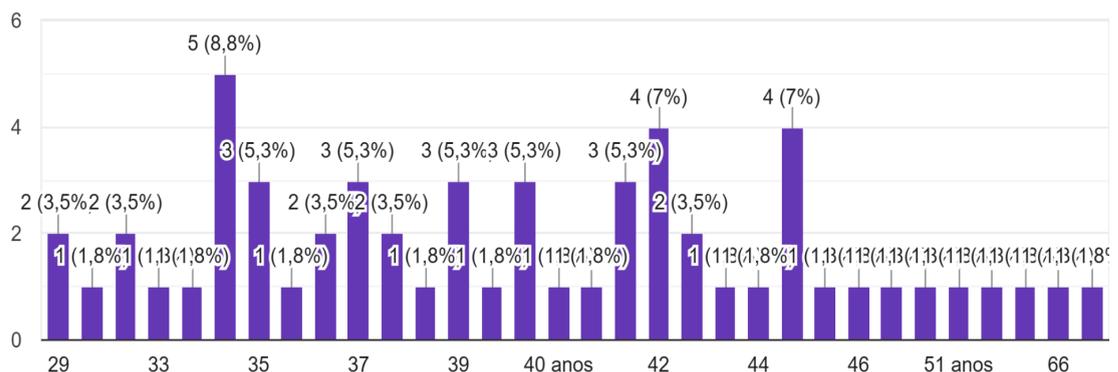
### Dimensão Socioeconômica

A comunidade é formada, na sua maioria, por moradores nativos e que residem no bairro há mais de 10 anos. Porém constitui-se com heterogeneidade nas questões religiosas, de formação escolar dos responsáveis, renda, acesso a bens e serviços, bem como atividade de lazer e cultura e nas jornadas intensas de trabalho. Essa diversificação promove um intenso e complexo choque de realidades dentro da instituição escolar. Embora haja essa variação étnico-cultural e social, os pais, na sua maioria, reconhecem a importância da escola para garantir aos filhos um futuro melhor, participando efetivamente no acompanhamento de frequência, rendimento e aproveitamento dos educandos.

Há também os responsáveis que, apesar de reconhecerem a importância da escola, não participam da vida acadêmica dos seus filhos, tendo como justificativas, a baixa escolarização e, sendo assim, não podendo auxiliar em muitas tarefas e estudos em casa; e a intensa jornada de trabalho, tendo em vista que muitos possuem jornadas de trabalho alternadas em diferentes turnos, especialmente os que trabalham no Porto.

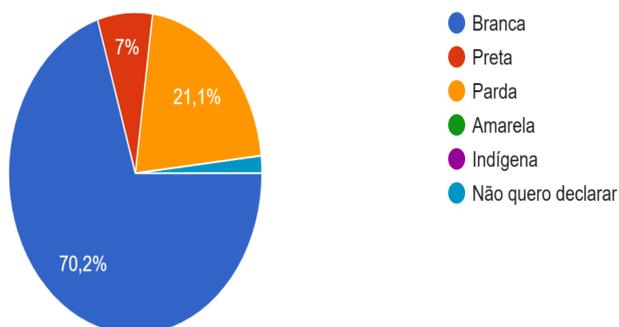
Qual a sua idade?

57 respostas



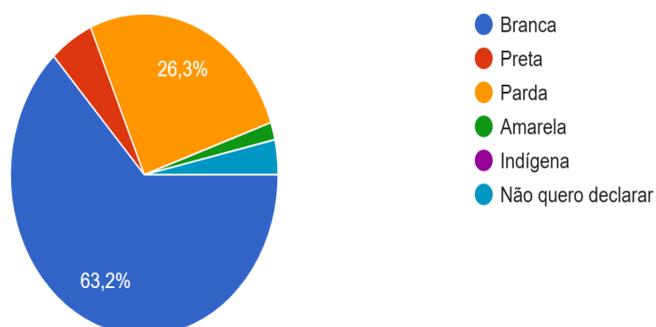
### Qual a sua cor ou raça?

57 respostas

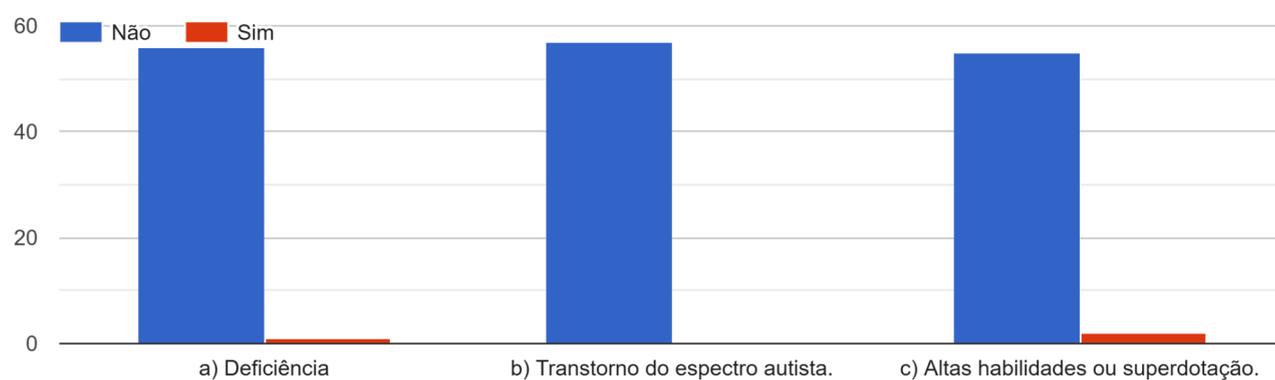


### Qual é a etnia que melhor representa sua família?

57 respostas

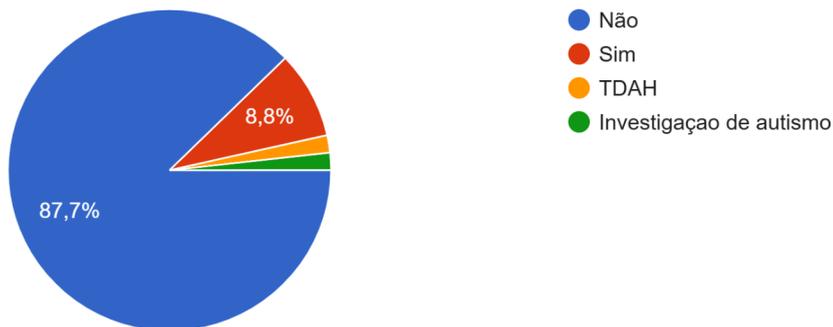


### Você possui deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação?



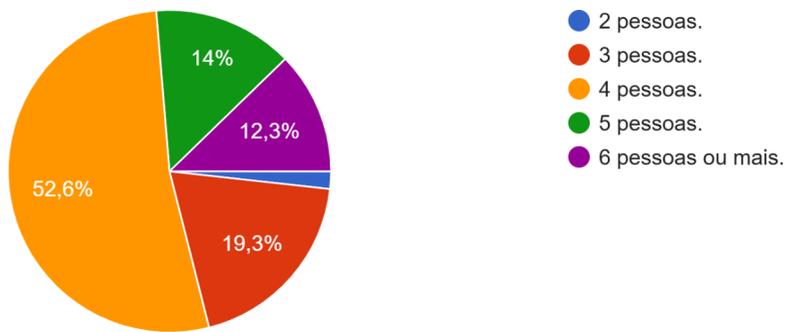
### Alguém que mora com você possui deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação?

57 respostas



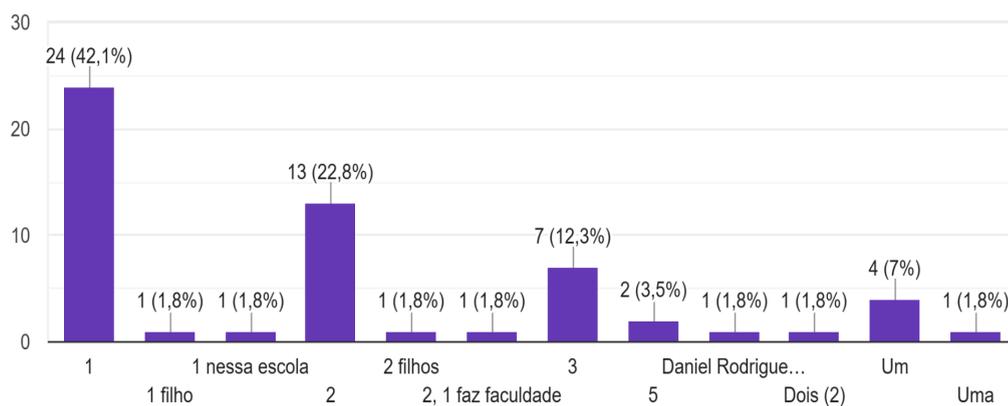
### Quantas pessoas moram na sua casa, contando com você?

57 respostas



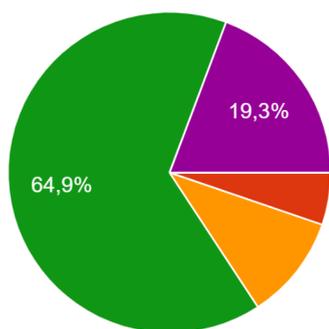
### Quantos filhos(as)/dependentes estudam na escola?

57 respostas



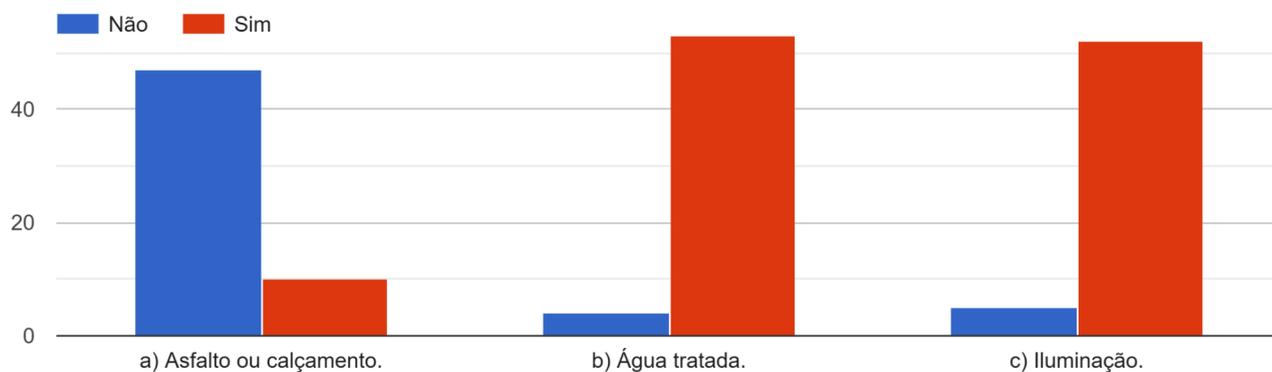
## Qual é a maior escolaridade da principal representante feminina da família (mãe/madrasta ou outra mulher responsável pelo aluno)?

57 respostas

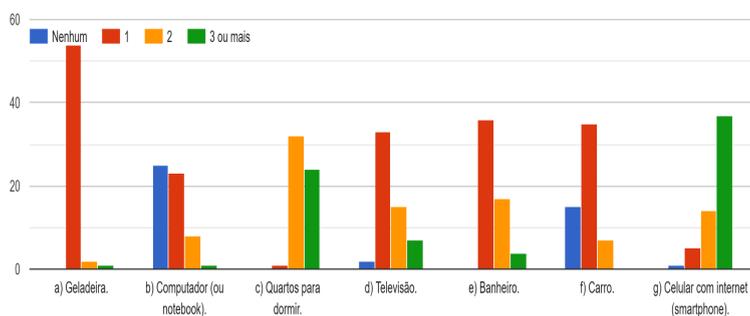


- Não completou a 4ª série ou o 5º ano do Ensino Fundamental.
- Ensino Fundamental, até a 4ª série ou o 5º ano.
- Ensino Fundamental completo.
- Ensino Médio completo.
- Ensino Superior completo (faculdade ou graduação).
- Não sei.

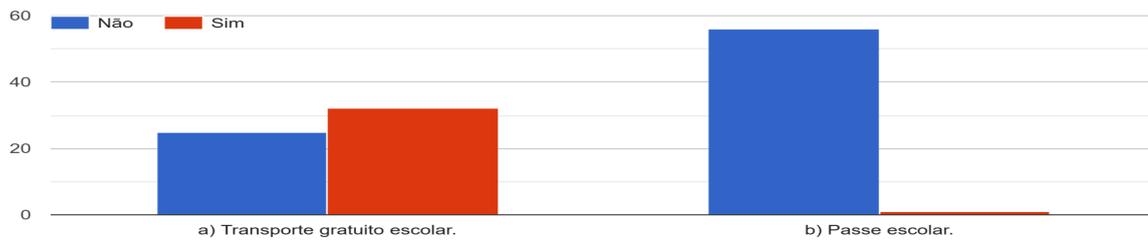
## Na rua em que você mora, tem:



## Dos itens relacionados abaixo, quantos existem na sua casa?

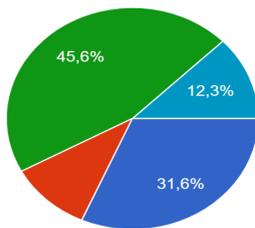


### Seus filhos/dependentes utilizam para ir à escola:



### Considerando a maior distância percorrida, normalmente, de que forma seus filhos/dependentes vão à escola?

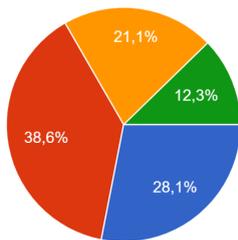
57 respostas



- A pé.
- De bicicleta.
- De van (ou Kombi).
- De ônibus.
- De metrô (ou trem urbano).
- De carro.
- De barco.
- De motocicleta.
- Outro meio de transporte.

### Qual a faixa de renda mensal da sua família?

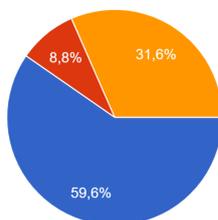
57 respostas



- Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.525 inclusive)
- De 1 a 3 salários mínimos (De R\$ 1.525 até R\$ 4.554 inclusive)
- De 3 a 5 salários mínimos (De R\$ 4.554 até R\$ 7.590 inclusive)
- Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 7.590)

### Você mora em:

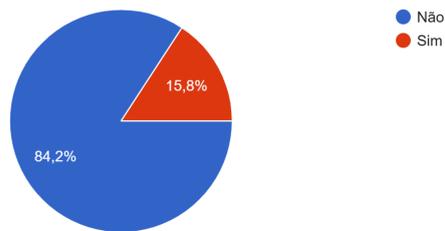
57 respostas



- Moradia própria
- Moradia cedida
- Moradia alugada

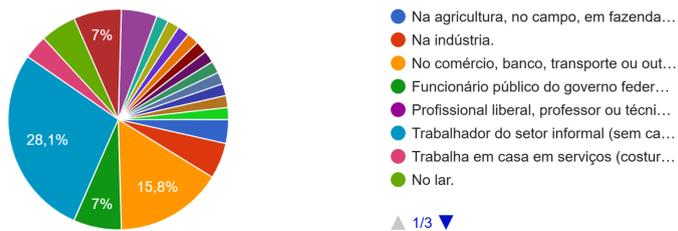
A família recebe algum benefício social (Bolsa Família, BPC, Auxílio Brasil)?

57 respostas



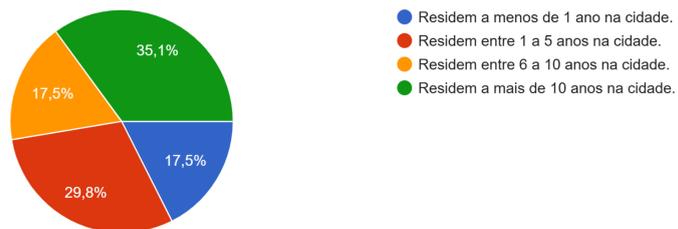
Em que o/a responsável pelo sustento da família trabalha ou trabalhou, na maior parte da vida?

57 respostas



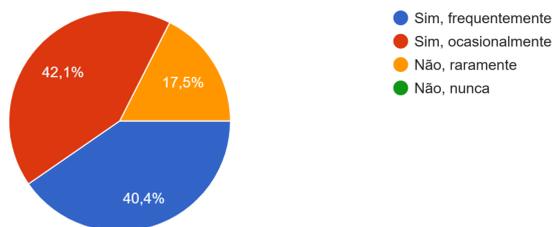
Há quanto tempo que a família mora na cidade de Itapoá-SC?

57 respostas



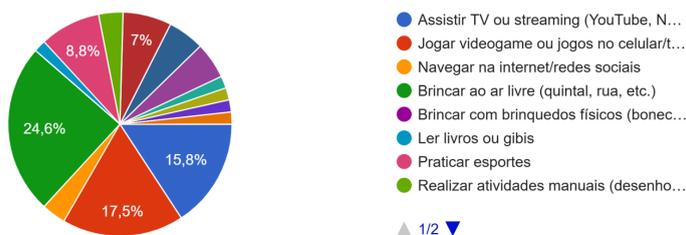
Os responsáveis procuram a escola por iniciativa própria para tratar de assuntos relacionados ao seu filho/dependente?

57 respostas



Qual é a principal forma de lazer dos(as) alunos(as) em casa?

57 respostas



## Dimensão Pedagógica

Na busca da melhora do aprendizado, especialmente no que tange à qualidade da educação, são necessárias ações pedagógicas e administrativas que garantam ao educando o acesso e a permanência no processo de ensino-aprendizagem.

Nas palavras do educador Paulo Freire, não existe ensino sem aprendizagem. Para ele e vários educadores contemporâneos, educar alguém é um processo dialógico, um intercâmbio constante. Nessa relação de ensino-aprendizagem, educador e educando trocam de papéis o tempo inteiro: o educando aprende ao passo que ensina e o educador ensina e aprende com o outro.

Assim, em uma escola, todos são educadores e educandos. As relações de ensino-aprendizagem se estabelecem de múltiplas maneiras: as crianças e adolescentes têm muito a aprender entre si, com colegas de outras faixas etárias, com as merendeiras e a equipe de limpeza. Da mesma forma, a educação ganha quando os professores trocam experiências entre si e assumem uma postura menos hierárquica diante de seus alunos, ou quando os gestores dialogam e interagem com outras escolas.

Ainda para Freire, no processo pedagógico, esses papéis devem ser assumidos conscientemente todos que fazem parte da comunidade escolar não são apenas sujeitos do “ensinar” e do “aprender”, e sim, seres humanos com histórias e trajetórias únicas, em um território específico. Assim, faz-se indispensável reconhecer o outro em toda sua complexidade, em suas esferas biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguísticas, entre outras.

Nesta perspectiva, a relação de ensino-aprendizagem promove o diálogo entre o conteúdo curricular e os conteúdos únicos, compostos pelas vivências, histórias e individualidade de cada um que circula pelos territórios educativos, sejam estes dentro ou fora da escola.

Entre os subsídios que podem garantir à escola a concretização dos princípios pedagógicos como diretrizes, pode-se destacar, também, o planejamento escolar. O ato de planejar está associado à organização de uma determinada ação. No âmbito das atividades escolares o planejamento é fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e para o bom funcionamento da escola, pois é imprescindível para orientar a ação educativa de acordo com as necessidades e possibilidades de cada instituição.

Ao realizar seu planejamento, a escola define qual o tipo de formação vai oferecer e organiza as etapas do trabalho a ser realizado, o que servirá de eixo condutor aos professores de diferentes componentes curriculares. O planejamento também é um momento de reflexão sobre a ação pedagógica e de tomada de decisões sobre as estratégias que serão utilizadas e quais formas de avaliação serão aplicadas no decorrer do processo de ensino.

De acordo com Celso Vasconcellos, o planejamento escolar deve ser estruturado e articulado através de três níveis: o planejamento da escola, o plano de ensino ou plano curricular e o plano de aula. O planejamento da escola é o plano integral da instituição composto pelos referenciais que dizem respeito aos objetivos e metas estabelecidas para cada uma das dimensões de gestão da escola: pedagógica, administrativa, socioeconômica, física e financeira. O plano curricular ou de ensino constitui-se no referencial com os fundamentos de cada disciplina. Nele devem estar expressos as expectativas de aprendizagem, os conteúdos previstos e as propostas de avaliação para cada ano/série. Em coerência com o planejamento da escola e com o plano de ensino, o plano de aula deve constituir-se na organização didática do processo de ensino destinado a cada turma, levando em consideração tanto as defasagens como os conhecimentos prévios dos alunos de modo a garantir que todos os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem contidos no plano de ensino; contudo, enquanto instrumento personalizado de trabalho deve ser desenvolvido para atingir os objetivos de cada turma em separado.

Planejar o processo educativo significa, portanto, organizar, racionalizar e coordenar a ação docente visando à articulação entre os programas curriculares, a prática da sala de aula e as problemáticas inerentes ao contexto social e cultural onde cada instituição está inserida. Nesse sentido, quanto maior a clareza do docente no que diz respeito ao conceito de planejamento e ao ato de planejar propriamente dito, maior liberdade e autonomia serão aplicadas no processo de ensino e aprendizagem. Logo, a tarefa de ensinar não pode ser concebida como um processo cujos resultados estão definidos e podem ser pré-determinados como produto de uma ação mecanizada, pois a

sala de aula constitui-se como espaço privilegiado de negociação, formação do pensamento crítico e de produção de novos sentidos ao conhecimento formal a partir de situações de aprendizagem previamente planejadas.

Esse é um dos principais eixos de qualidade nas práticas avaliativas e, nesse contexto, Luckesi (2011) destaca que, para que a avaliação seja possível e faça sentido, o primeiro passo é estabelecer e ter uma ação claramente planejada e em execução, sem o que a avaliação não tem como dimensionar-se e ser praticada, ou seja, o desenvolvimento de um projeto adequado e qualificado de planejamento da ação docente é extremamente valioso para que se direcionam as ações com fins aos resultados esperados. É essencial ainda a superação da concepção de planejamento numa perspectiva burocrática como um ato simplesmente técnico. O tempo destinado ao planejamento escolar, assim como os processos de formação continuada, são espaços/ momentos privilegiados de discussão e reflexão para compreender o ato avaliativo e, mais que isso, compreendê-lo enquanto processo, por isso a articulação entre o trabalho coletivo e individual, quando se pensa as mudanças necessárias em avaliação, é de extrema valia.

Outro fator importante que deve ser reconstruído junto a equipe escolar é o conceito e aplicabilidade da avaliação da aprendizagem. A avaliação escolar é sempre um tema polêmico, uma vez que envolve conceitos diversos quanto ao significado de seu termo, à sua finalidade e aos instrumentos utilizados para aferir o conhecimento. Contudo, um ponto em comum faz parte da opinião de pais, educadores e educandos: avaliar é preciso.

*O ponto de partida para atuar com avaliação é saber o que se quer com a ação pedagógica. A concepção pedagógica guia todas as ações do educador. O ponto de partida é saber aonde desejamos chegar em termos da formação do educando. Afinal, que Quais resultados desejamos? Ou seja, precisamos definir com clareza o que queremos, a fim de produzir, acompanhar (investigar e intervir, se necessário) para chegar aos resultados almejados. O Projeto Político-Pedagógico configura tanto a direção da prática educativa como os critérios da avaliação. Oferece a direção para a ação pedagógica e, ao mesmo tempo, é guia e critério para a avaliação. O que é ensinado e aprendido é avaliado, para vir a ser melhor. Se queremos compreender e atuar*

*adequadamente em avaliação da aprendizagem,  
necessitamos de iniciar por esse ponto de partida.*

*(LUCKESI, 2011, p.27).*

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu Art. 211 a organização dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios, todos autônomos, mas em regime de colaboração. No § 1º desse artigo atribuiu à União a função redistributiva e supletiva “de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade”. Padrão significa um modelo a ser seguido. Vai nesse mesmo sentido o disposto no Art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao estabelecer que “A União incumbir-se-á de: VI – assegurar processo de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu Art. 24 que a educação básica dos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com regras comuns. Nos sete incisos deste artigo são apresentadas tais regras, entre os quais no inciso 5º, que propõe cinco critérios (de “a” a “e”) para verificação do rendimento escolar:

*“a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.*

Os aspectos quantitativos referem-se às notas dadas em valores representados por números ou letras. Essas notas são atribuídas em chamadas orais ou em trabalhos escritos. Podem ser realizadas individualmente ou em grupos de alunos. Ocorrem a cada dia, semanal ou mensalmente ou em diferentes períodos. Seu objetivo é a verificação do conhecimento do aluno. De como a matéria, ou o conteúdo do programa da disciplina, foi aprendida e em que medida. A avaliação deve ser contínua e cumulativa.

Para Luckesi (2011), não existe avaliação quantitativa, mas somente qualitativa, pelo fato de que, constitutivamente, a qualidade é atribuída tendo por base uma quantidade, o desempenho do estudante, que se manifesta com características mensuráveis; ou seja, determinado montante de aprendizagem.

Em síntese, o ato de avaliar é um ato de atribuir qualidade, tendo por base uma quantidade, o que implica ser a avaliação constitutivamente qualitativa.

*“b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar”.*

A Lei refere-se, especialmente, aos alunos com atraso escolar, com o objetivo de ajustar o fluxo escolar.

*“c) possibilidade de avanço nos cursos e nas áreas mediante verificação do aprendizado”.*

Um aluno que comprova domínio de determinada matéria pode avançar nas séries escolares. É o caso do aluno que estudou uma língua estrangeira ou que demonstra maiores conhecimentos em determinadas matérias.

*“d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito”.*

Este critério permite que a experiência e conhecimentos obtidos em outros tipos de atividade e de ensino possam ser aproveitados para a continuidade ou conclusão de cursos. Esta avaliação é feita pela própria escola recipiendária.

*“e) obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”.*

Este critério estabelece diversas formas para incentivar o aprendizado do aluno, evitar a repetência e ajustar o fluxo de idade-série. Também, neste caso, cada escola vai estabelecer, em seu Projeto Político Pedagógico e em seu Regimento Escolar, como aplicá-lo.

O PPP, bem como o Regimento Escolar deverá, pois, obrigatoriamente, disciplinar os tempos e espaços de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, tal como determina a Lei, e prever a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

O Art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu inciso V afirma caber às escolas “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”.

Daqui, pode-se concluir:

1) As escolas têm autonomia para disciplinar os modos de executar a “recuperação”

contínua e paralela dos alunos;

2)“De preferência”, em hipótese alguma, significa “obrigatoriamente” e, logo, pode-se realizar a recuperação, por exemplo, após o período letivo.

Alguns aspectos precisam ser pensados no que diz respeito à Recuperação de Estudos. Conforme nota do Conselho Nacional de Educação (2013), que afirma:

*Primeiro, a compreensão de que tais estudos deverão ser “disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”, a partir de suas propostas pedagógicas. Vale dizer, a fixação das normas relativas à matéria é da competência expressa de cada escola.*

*Em segundo lugar, o simples oferecimento de tais estudos, paralelamente ao período letivo regular, não significará o correto cumprimento da norma legal referida. É indispensável que os envolvidos sejam alvo de reavaliação, também paralela, a ser prevista nessas normas regimentais. Em se tratando de alunos com “baixo rendimento”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. E, constatada essa recuperação, dela decorrerá a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo. Estudo e avaliação devem caminhar juntos, como é sabido, onde esta — a avaliação — é o instrumento indispensável para constatar em que medida os objetivos colimados foram alcançados.*

*É importante assinalar a marcante flexibilização introduzida na Educação Básica pela Lei nº 9.394/96, como se vê nas disposições contidas nos arts. 23 e 24, um claro rompimento com a ultrapassada “cultura de reprovação”. O norte do novo diploma legal é a educação como um estimulante processo de permanente crescimento do educando (“pleno desenvolvimento”) onde notas, conceitos, créditos ou outras formas de registro acadêmico não deverão ter importância acima do seu real significado. Serão apenas registros passíveis de serem revistos segundo critérios adequados, sempre que forem superados por novas medidas de avaliação que revelem progresso em comparação a estágio*

*anterior, por meio de avaliação, a ser sempre feita durante e depois de estudos visando à recuperação de alunos com baixo rendimento.*

*É bom acrescentar que os estudos de recuperação também podem, como ato de reforço, ser realizados ao final do ano ou período letivo, se a escola assim dispuser em seu regimento, visto que o art. 24 da LDB já determinou a preferência a tais estudos paralelamente ao período letivo regular. 3*

*Cabe ainda citar que o tempo destinado a estudos de recuperação não poderá ser computado no mínimo das 800 horas anuais que a Lei determina, por não se tratar de atividade a que todos os alunos estão obrigados.*

*Ainda cabe destacar o disposto no Parecer CNE/CEB nº 24/2008, que trata do questionamento do modo de implantar projeto de reforço com vistas a recuperar alunos de baixo rendimento entre a 1ª e a 4ª séries do Ensino Fundamental. No retorno ao art. 24 da LDB, a relatora reitera o direito do estudante à recuperação da aprendizagem, bem como a obrigação do sistema de ensino em proporcioná-la. Visto que a consulta considerava o direito dos professores a atividades complementares (formação, intercâmbio de experiências, preparação de atividades e desenvolvimento de processos avaliativos) e o possível aproveitamento deles para recuperar alunos de baixo rendimento nesses horários da jornada, a relatora cita a Lei nº 11.738/2008, que garante aos professores 1/3 de sua jornada para o desenvolvimento de tais importantes atividades, o que inviabiliza o seu uso para os estudos de recuperação. Destaca o valor das normatizações nacionais e o esforço em construir a unidade do sistema, desde os pareceres do CNE aos projetos pedagógicos das unidades escolares.*

*Evidencia-se que “o tempo destinado a estudos de recuperação não poderá ser computado no mínimo das 800 horas anuais que a Lei determina, por não se tratar de atividade a que todos os alunos estão obrigados”; que notas e conceitos decorrem do processo de avaliação e reavaliação, direito dos estudantes e dever da escola e do docente e que devem estar firmemente estabelecidos nos projetos político-pedagógicos das escolas,*

*conforme estabelecem o art. 12, inciso V, e o art. 13, inciso IV da LDB; que uma recuperação paralela competente e que vise ao efetivo desenvolvimento dos estudantes considerará as reais necessidades de cada um para alargar-se no tempo, do que decorre que uma escola pode realizar recuperação contínua, segundo a diversidade dos que dela necessitem.*

*Quando se trata de conteúdo, é sabido que os atos de aprender e ensinar implicam conteúdos formalizados em processos pedagógico-didáticos e que o processo de avaliação e reavaliação dos estudos de recuperação serve a uma totalidade, isto é, ao pleno desenvolvimento dos estudantes tidos como, temporalmente, “de baixo rendimento”. Efetivamente, a atitude de recuperação visa à superação dessa condição verificada pelos professores e gestores da unidade escolar.*

O objetivo da escola é a aprendizagem do educando e o seu consequente desenvolvimento; por isso, cabe-lhe essencialmente investir nisso mediante atividades didáticas, avaliação e reorientação.

Quando possuímos um planejamento engajado e eficiente conseguimos, da mesma forma, realizar uma avaliação com qualidade sobre a aprendizagem do aluno. Um outro fator importante para a dimensão pedagógica da escola, ainda se tratando de avaliação, são as avaliações externas. Os indicadores educacionais brasileiros oferecem ao Ministério da Educação a base para definição do índice de desenvolvimento da educação básica uma vez que combinam a avaliação do desempenho dos alunos e o fluxo escolar. Dentro da realidade da nossa escola a projeção é de até 2021 alcançarmos a média 5,3 no Ensino Fundamental I (em 2017 a média já fora 5,4) e 5.1 no Ensino Fundamental II (em 2017 a média foi de 4,4). No entanto, estes índices não levam em consideração o contexto social e econômico dos nossos alunos e que tal fator pode influenciar no processo de ensino aprendizagem e desempenho dos educandos, por isso nosso objetivo é trabalhar para o pleno desenvolvimento dos discentes e sua formação intelectual, sem pensar em números ou estatísticas, pois é sabido que esses vêm com o trabalho pedagógico bem realizado.

Promover um ambiente de qualidade e de sucesso é uma prerrogativa da equipe gestora da escola, juntamente com a comunidade escolar, interna e externa. O objetivo de sensibilizar a comunidade da importância e poder da educação, na sua própria transformação social e econômica, deve estar alinhado ao Projeto Político Pedagógico

da escola.

Para isso, promover projetos com a comunidade escolar em geral, é um importante aliado nesse processo em que devemos considerar as relações familiares, econômicas e sociais como fatores influenciadores e, por vezes, determinantes na aprendizagem dos alunos. Valorizar e promover os projetos já existentes, bem como criar e implementar novos projetos, para uma ampliação do leque de oportunidades de acesso ao conhecimento da comunidade, deve ser uma prioridade da gestão, para garantir o sucesso da ação pedagógica escolar, trazendo, dessa maneira, a família cada vez mais para o cotidiano escolar, pois, apesar de toda a modernidade presente na sociedade atual, a família ainda é a instituição fundamental na formação do cidadão. Sendo assim, a relação entre escola e comunidade somente será efetivada a partir de um redirecionamento da organização pedagógica. Nesse contexto, buscar alianças estratégicas será o ponto de partida para a reestruturação, o que possibilita efetivar novas relações, sendo a instituição da família a principal dessas alianças. Essas relações devem ser construídas a partir de informações validadas e atendendo, sempre, os aspectos legais ligados às mesmas.

### **Dimensão Administrativa**

A Escola João Monteiro Cabral oferece ensino fundamental II, nos períodos matutino e vespertino, atendendo a 08 turmas, quatro pela manhã e quatro pela tarde. Contamos com um quadro funcional de 20 profissionais, entre equipe pedagógica, professores e equipe técnica. Nosso objetivo principal é que a escola seja o espaço para promover o conhecimento como um todo e não apenas na sala de aula. Cada profissional da escola deve construir conhecimento junto aos alunos integrando-se a equipe como um todo.

### **Dimensão Financeira**

Tendo a Prefeitura Municipal de Itapoá como mantenedora da escola, contamos com a captação de recursos, ainda, da Associação de Pais e Professores (APP) e do PDDE, que é um recurso Federal, para a execução de melhorias nas áreas física e pedagógica da escola. A aplicação das verbas recebidas pela instituição é discutida e socializada com o colegiado. Muitas ações do projeto pedagógico dependem diretamente da captação e da utilização correta desses recursos.

### **Dimensão Física**

A escola está estruturada, atualmente, da seguinte maneira:

6	SALAS DE AULA, SENDO DUAS IMPROVISADAS, UMA SALA DE AULA ESTÁ SENDO UTILIZADA PARA O REFORÇO ESCOLAR E A OUTRA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA (MATERIAIS E ATIVIDADES INTERNAS). SÃO SALAS COM UMA METRAGEM ADEQUADA, PARA A QUANTIDADE DE ALUNOS;
1	SALA ORIENTAÇÃO/SALA DIREÇÃO;
1	SALA SUPERVISÃO/ADMINISTRAÇÃO / SECRETARIA;
1	SALA DOS PROFESSORES;
1	COZINHA;
1	DEPÓSITO PARA MATERIAIS DE LIMPEZA (COZINHA);
1	DEPÓSITO PARA ALIMENTOS, FRUTAS E VERDURAS (COZINHA);
1	BANHEIRO PARA FUNCIONÁRIOS (COZINHA)
2	BANHEIROS – MASCULINO/FEMININO (PROFESSORES);
2	BANHEIROS – MASCULINO/FEMININO (ALUNOS);
1	BIBLIOTECA;
1	DEPÓSITO DE ARQUIVO MORTO DA ESCOLA;
1	DEPÓSITOS / SALA DE MATERIAIS – LIMPEZA;
1	REFEITÓRIO;
1	PATIO CENTRAL;
1	PRÉDIO PROJETO A+
1	GINÁSIO DE ESPORTES
1	SALA AEE

## Metas

1 Promover uma maior participação da família nas questões escolares, através da escola de pais;

2 Elevar o índice do IDEB de 5,6 para 5,8.

3 Estimular o gosto pela cultura e artes, desenvolvendo o projeto: Festival de Talentos, 4 Atualizar, democraticamente, o Projeto Político Pedagógico, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, tendo como base a nova Proposta Curricular Municipal de

Itapoá, enfatizando os aspectos voltados ao planejamento escolar, processo de avaliação, reforço escolar e pedagogia de projetos;

5 Legitimar, no Projeto Político Pedagógico, a implantação e promoção da Avaliação Institucional da unidade escolar

6 Cuidar da segurança no ambiente escolar, garantindo a qualidade do trabalho quanto a aprendizagem do aluno

7 Fortalecer e estimular a participação da APP na comunidade escolar; 8 Revitalizar e adequar espaços físicos da escola, que possam ser utilizados em favor de projetos e de atividades motivadoras para o processo de aprendizagem; 9 Fomentar hábitos de alimentação saudável na escola, potencializando saberes e fazeres da coletividade em prol do cultivo da horta.

10 Acompanhar a execução do projeto da quadra esportiva e projeto

#### A+. DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

**META:** Promover uma maior participação da família nas questões escolares, através da escola de pais;

AÇÃO	Promover encontros trimestrais com a comunidade escolar, valorizando e enfatizando o papel da família no processo de ensino-aprendizagem.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"><li>● Conscientizar a família da importância do seu envolvimento para o sucesso da aprendizagem;</li><li>● Integrar a família na escola;</li><li>● Discutir a aprendizagem;</li><li>● Debater assuntos relevantes à educação dos filhos em encontros mensais;</li><li>● Palestras temas de interesse da comunidade.</li><li>● Instituir em equipe, projetos de cunho pedagógico, que visem o pleno desenvolvimento do aluno.</li></ul>

INICIO	FEVEREIRO 2023
FIM	DEZEMBRO 2025

PÚBLICO ALVO	Comunidade Escolar
RECURSO	Recursos físicos, pedagógicos e administrativos da escola.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora

### **DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

**META:** Elevar o índice do IDEB de 5,6 para 5,8.

AÇÃO	Mobilizar professores, estudantes e pais para a participação no desenvolvimento de estratégias de melhoria dos indicadores e desempenho dos alunos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Proporcionar aulas de reforço escolar aos alunos com dificuldades de aprendizagem;</li> <li>● Melhorar os níveis de aprendizagem dos alunos, em relação às competências e habilidades em leitura e resolução de problemas matemáticos.</li> <li>● Conscientizar os pais, quanto a frequência dos alunos</li> </ul>
INICIO	FEVEREIRO 2023
FIM	DEZEMBRO 2025
PÚBLICO ALVO	Equipe Pedagógica, Professores, Pais e alunos
RECURSO	Recursos físicos, pedagógicos e administrativos da escola.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora

**META:** Estimular o gosto pela cultura e artes, desenvolvendo o projeto: Festival de

Talentos	
AÇÃO	Incentivar os alunos à descoberta de suas habilidades, a fim de levar o educando a desenvolver a capacidade de conquistar sua autonomia (diálogos, poemas, teatro, música, dança). Enfim, suas habilidades de recepção de informações transmitidas pela linguagem oral e corporal.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular a oralidade, autonomia, improvisação e interpretação;</li> <li>• Incentivar os alunos, através de uma competição saudável, estimulando-os ao desenvolvimento de suas aptidões artísticas;</li> <li>• Promover a curiosidade e a integração dos alunos na busca de informações para a realização das apresentações para a comunidade escolar;</li> </ul>
INÍCIO	Fevereiro 2023
FIM	Dezembro 2025
PÚBLICO ALVO	Alunos
RECURSO	Físicos, pedagógicos e administrativos da escola. Recursos financeiros oriundos da APP.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Professores e Equipe Gestora

**META:** Atualizar, democraticamente, o Projeto Político Pedagógico, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, tendo como base a nova Proposta Curricular Municipal de Itapoá, enfatizando os aspectos voltados ao planejamento escolar, processo de avaliação, reforço e o atendimento dos alunos com necessidades

educacionais especiais;

AÇÃO

Promover encontros pedagógicos com a comunidade escolar (interna e externa), reformulando e adequando o PPP às novas legislações e às necessidades da comunidade, tendo como prioridade o sucesso do processo de ensino aprendizagem e enfatizando os aspectos voltados ao planejamento escolar, avaliação da aprendizagem, reforço escolar e projetos pedagógicos da escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atualizar o PPP, visando a nova Proposta Curricular de Itapoá
- Garantir o sucesso do processo de ensino-aprendizagem;
- Estabelecer conceitos e práticas voltadas ao planejamento escolar e avaliação da aprendizagem;
- Promover debate com professores e equipe sobre a importância do bom desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais que não conseguem acompanhar os conteúdos programáticos da turma em que estão inseridos;

INICIO

Fevereiro 2023

FIM	Dezembro 2025
PÚBLICO ALVO	Comunidade escolar interna e externa
RECURSO	Físicos, pedagógicos e administrativos da escola;
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora Professores e APP

### **DIMENSÃO ADMINISTRATIVA PEDAGÓGICA**

<b>META:</b> Legitimar, no Projeto Político Pedagógico, a implantação e promoção da Avaliação Institucional da unidade escolar;	
AÇÃO	Promover Avaliação Institucional anual, através de critérios e instrumentos pré estabelecidos com a equipe docente e gestora e legitimados no Projeto Político Pedagógico.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontro com professores e equipe gestora.</li> <li>• Avaliar o trabalho pedagógico realizado na escola;</li> <li>• Estabelecer estratégias para a melhoria do processo de ensino aprendizagem;</li> <li>• Coletar dados para atualização do PPP.</li> </ul>
INICIO	Fevereiro 2023
FIM	Dezembro 2025
PÚBLICO ALVO	Equipe docente e equipe gestora
RECURSO	Recursos físicos, pedagógicos e administrativos da escola.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora

**META:** Cuidar da segurança no ambiente escolar, garantindo a qualidade do trabalho quanto a aprendizagem do aluno

AÇÃO	Construir, colaborativa mente com a participação da comunidade, ações que promovam e desenvolvam um ambiente escolar mais seguro
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"><li>● Investir tempo e recursos em ações, para garantir o engajamento e conscientização de</li></ul>

	<p>funcionários, professores, alunos e pais.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Promover palestras com a comunidade escolar e alunos, visando a importância do cuidado ao ambiente escolar.</li><li>● Manter conversas frequentes com os responsáveis pela obra, já que esta vem passando pelo processo de construção.</li></ul>
INICIO	FEVEREIRO 2023
FIM	DEZEMBRO 2025
PÚBLICO ALVO	Equipe Pedagógica, Professores, Pais e alunos
RECURSO	Recursos físicos, pedagógicos e administrativos da escola.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora

#### **DIMENSÃO FINANCEIRA**

**META:** Fortalecer e estimular a participação da APP na comunidade escolar;

AÇÃO	Promover reuniões periódicas de debate e consulta aos membros da APP sobre eventos e gastos dos recursos financeiros da escola;
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Motivar a comunidade escolar para participação nas tomadas de decisões da gestão escolar;</li> <li>• Consultar a comunidade escolar, através da APP, no uso de verbas destinadas à escola;</li> <li>• Engajar a APP na participação de eventos na escola como festa junina e</li> </ul>

	<p>outros.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar as verbas destinadas à escola, de maneira ética, transparente e eficaz</li> </ul>
INICIO	Fevereiro 2023
FIM	Dezembro 2025
PÚBLICO ALVO	Comunidade Escolar
RECURSO	Convênios e recursos próprios
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora

### **DIMENSÃO FÍSICA**

<p><b>META:</b> Revitalizar e adequar espaços físicos da escola, que possam ser utilizados em favor de projetos e de atividades motivadoras para o processo de aprendizagem</p>
---

AÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de espaços para os alunos se reunirem em momentos de conversas</li> <li>• Criação do projeto mosaico na escola, construindo mesas com jogos pedagógicos e bancos,</li> </ul>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propiciar um ambiente acolhedor e com espaços pedagógicos variados;</li> <li>• Tornar a escola atrativa, agradável.</li> <li>• Construção de pergolado para os alunos se reunirem em conversas, jogos e realização de atividades pedagógicas</li> </ul>
INICIO	Fevereiro 2023
FIM	Dezembro 2025
PÚBLICO ALVO	Professores e alunos

RECURSO	Convênios e recursos próprios.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora e Professores

**META:** Fomentar hábitos de alimentação saudável na escola, potencializando saberes e fazeres da coletividade em prol do cultivo da horta.

AÇÃO	Proporcionar educando o conhecimento de forma a fortalecer valores e atitudes com as atividades desenvolvidas em uma horta escolar.
------	---

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Despertar o interesse dos alunos através da construção da horta para o consumo de alimentos e uma vida saudável;</li> <li>• Oportunizar os alunos com as atividades da horta, estabelecendo uma melhor qualidade de vida.</li> </ul>
INICIO	Fevereiro 2023
FIM	Dezembro 2025
PÚBLICO ALVO	Alunos
RECURSO	APP e Gestão Financeira
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Professores e equipe gestora

**META:** Acompanhar a execução do projeto da quadra esportiva e projeto A+.

AÇÃO	Acompanhar a execução dos projetos, para que se cumpra com qualidade e com a finalidade de fornecer infraestrutura adequada para que aulas sejam ministradas com qualidade.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar as etapas da construção.</li> <li>• Envolver a Associação de Pais e Professores (APP), para que juntos possamos acompanhar a execução das obras.</li> </ul>
INICIO	Fevereiro 2023

FIM	Dezembro 2025
PÚBLICO ALVO	Alunos
RECURSO	APP e Gestão Financeira
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Equipe gestora

## **AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO**

A avaliação incidirá sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros das atividades escolares e acontecerá de forma processual e contínua, no decorrer da implantação deste Plano de Gestão, buscando o aperfeiçoamento constante e o desenvolvimento de vínculos que tornem a comunidade escolar cada vez mais participativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este plano foi elaborado com base nos documentos legais e demonstra a opção teórica que rege as ações da escola. Assim sendo, esse plano colabora para o cumprimento das atividades da escola, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os educandos. Constatando que a gestão escolar é de suma importância no processo de promover os objetivos educacionais e administrativos da unidade de ensino, realizando se necessários, o planejar, acompanhamento da teoria e da prática educativa escolar pedagógica.

## Referências

### **Proposta Pedagógica Municipal de Itapoá/SC**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2017. LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: componente do ato pedagógico**. 1ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Direito Educacional – Aspectos Práticos e Jurídicos: Soluções jus-pedagógicas para a avaliação do rendimento escolar**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Disciplinas Curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?**, Módulo I. CONSED, 2001.

FREITAS, Katia Siqueira. **Progestão: como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar?** Módulo X. CONSED, 2001.

ALVES, Rubem. **Ao Professor, Com o Meu Carinho**. 1ª edição. Campinas, SP: Verus, 2011.

AIX, Educação Infantil. **BNCC na Educação Infantil: o guia completo das competências previstas**. Disponível em: <https://educacaoinfantil.aix.com.br/bncc-na-educacao-infantil-o-guia-completo/>

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 7º Ed. São Paulo. 2000.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: Resolução CNE/CP 1/2020. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de outubro de 2020, Seção 1, pp.103-106. Art. (BNC-Formação Continuada).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Casa

Civil.

Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso: 13 de junho de 2022. CRUZ, Carlos Henrique Carrilho; Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. 3 ed. Ed Loyola, São Paulo, 2005.

DUARTE, N. Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2016. ITAPOÁ. Resolução nº 4030, de 19 de junho de 2019. Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica da rede municipal de ensino, em todos os níveis e modalidades. Itapoá, SC, 2019. Disponível em:

<https://www.itapoa.sc.gov.br/legislacao/index/detalhes/codMapaltem/18672/codNorma/419225>. Acesso em: 13/06/2022.

LIMA, Antonio Bosco de. Gestão democrática: a decomposição do concretizado. In: LIMA, Paulo Gomes; ARANHA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Antonio Bosco de. Estado, políticas educacionais e gestão democrática da escola no Brasil. Anais do XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte, 2010. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Florianópolis. 2014.

VIEIRA, M.R. Vozes de ébano: um estudo das representações sociais sobre os saberes escolares de estudantes afrodescendentes na educação de jovens e adultos do município de São José- Santa Catarina. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.